COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
NIRE nº 42300045942 - CNPJ nº 28.925.264/0001-75
Companhia Aberta

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data: 17 de dezembro de 2025. **Hora:** 17:00. **Local:** Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - CEP 88025-255, Florianópolis/SC, Brasil. **Convocação:** Dispensada a convocação tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas arquivado na Companhia. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, quais sejam (i) **ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.**, representada por Eduardo Antonio Gori Sattamini e por Guilherme Slovinski Ferrari e (ii) **ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.**, representada por Eduardo Antonio Gori Sattamini e por Pierre Auguste Gratien Leblanc. **Mesa:** Eduardo Antonio Gori Sattamini – Presidente, e Lara Nunes de Alencar – Secretária. **Ordem do Dia: Item 1** – Deliberar sobre a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio; **Item 2 -** Consignar o aumento do capital social da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 14.08.2025, no exercício da competência decorrente do capital autorizado e consolidar o Estatuto Social. **Deliberações**: Preliminarmente, as acionistas aprovaram a lavratura da presente ata em forma de sumário. Conforme apresentação dos temas discutidos na ordem do dia, foi deliberado à unanimidade de votos o seguinte:

Item 1 - Aprovada a distribuição de Juros sobre Capital Próprio do período findo em 30 de novembro de 2025 no valor de R$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais). Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação da presente deliberação, inclusive proceder à retenção e recolhimento dos tributos incidentes e efetuar os pagamentos em data a ser definida pela Diretoria Executiva.

Item 2 - Fica aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para atualizar a redação do seu artigo 5º, exclusivamente para refletir o novo valor do capital social da Companhia, em razão do aumento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 14.08.2025 e arquivada na Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 20255873697, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo capital autorizado da Companhia, nos termos do Estatuto Social.

Para fins de consolidação estatutária, o artigo 5º do Estatuto Social passa a constar com a seguinte redação:

"***Artigo 5º –*** *O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 882.643.699,00 (oitocentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais) dividido em 875.448.805 (oitocentas e setenta e cinco milhões, quatrocentas e quarenta e oito mil, oitocentas e cinco) ordinárias nominativas e sem valor nominal*."

Considerando a deliberação acima, fica aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa, a partir desta data, a vigorar com a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Da Denominação, Organização, Sede, Foro, Duração e Objeto

Art. 1º *- A Companhia Energética Jaguara é uma sociedade anônima, regida por este estatuto e legislação aplicável.*

Art. 2º *- A Companhia tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Parte, Bairro Agronômica, CEP 88025-255, podendo criar filiais no País e no exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.*

Art. 3º - *A Companhia tem por objeto social geração de energia elétrica mediante a operação da Usina Hidrelétrica Jaguara, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.*

Art. 4º *- A Companhia terá prazo de duração indeterminado e com início de suas atividades na data do seu registro na junta comercial.*

CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações

Art. 5º *- O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 882.643.699,00 (oitocentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais) dividido em 875.448.805 (oitocentas e setenta e cinco milhões, quatrocentas e quarenta e oito mil, oitocentas e cinco) ordinárias nominativas e sem valor nominal.*

§ 1º *- Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.*

§ 2º *- A Companhia está autorizada a, por deliberação do conselho de administração, independentemente de reforma estatutária, aumentar o seu capital social até o limite de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) observado que o capital pode ser aumentado por meio da subscrição de novas ações ordinárias, ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações.*

§ 3º*. Nas hipóteses permitidas pela lei e por este estatuto, o conselho de administração pode excluir o direito de preferência dos acionistas na subscrição do aumento de capital ou reduzir o prazo para seu exercício.*

§ 4º*. Dentro do limite do capital autorizado, o conselho de administração poderá deliberar:*
I – a emissão, pela Companhia, de bônus de subscrição;
II – a emissão, pela Companhia, de debêntures conversíveis em ações ordinárias; e
III – a outorga, pela Companhia, de opções de compra ou subscrição de ações em favor de seus administradores, empregados ou a pessoas naturais prestadoras de serviços à Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - Das Assembleias Gerais

***Art. 6º** - Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral, ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário.*
***Parágrafo único.** Além das hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral poderá ser convocada por qualquer um dos membros do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.*

***Art. 7º -** A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.*

***Art. 8º -** Os Editais de Convocação, publicados na forma e nos termos da lei, conterão, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia explicitada e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.*

CAPÍTULO IV - Da Administração

***Art. 9ª -** A administração normativa da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e executada pela Diretoria Executiva, na forma da lei e deste estatuto social.*
***Parágrafo único**. Os Administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e, em caso de reeleição, serão empossados na Assembleia Geral ou na reunião do Conselho que os eleger, dispensada qualquer outra formalidade.*

***Art. 10 -** A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores. Se a remuneração for estabelecida de forma global, o Conselho de Administração deverá deliberar sobre o seu rateio entre os seus membros e os Diretores.*

CAPÍTULO V - Do Conselho de Administração

***Art. 11 -** O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, acionistas ou não, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.*
***Parágrafo único.** Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos administradores que os substituam, nos termos da lei e deste estatuto.*

***Art. 12 -** O Conselho de Administração terá um Presidente, nomeado pela Assembleia Geral, que convocará e presidirá suas reuniões.*
***Parágrafo único** - O presidente do Conselho de Administração terá, além do voto comum, o de qualidade, no caso de empate na votação.*

***Art. 13 -** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, com metade de seus membros, no mínimo, quando for convocado pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros.*

***§ 1º** - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos.*

§ 2º *- A ata da reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente.*

Art. 14 - *Em caso de vacância no cargo de Conselheiro, caberá ao Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral a se realizar.*

Art. 15 – *O Conselho de Administração terá as seguintes atribuições:*
I – *fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;*
II – *eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;*
III – *fiscalizar a gestão dos Diretores;*
IV - *aprovar o regulamento interno e as políticas da Companhia e suas alterações;*
V - *convocar a Assembleia Geral;*
VI – *manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;*
VII - *aprovar o valor global do orçamento anual da Companhia;*
VIII – *aprovar a celebração de contratos e a assunção de obrigações de valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);*
IX – *Aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em ações;*
X – *deliberar sobre as condições de negociação de debêntures conversíveis em ações, por delegação da Assembleia Geral, até o limite por ela autorizado;*
XI – *aprovar a concessão de garantia ou aval a terceiros;*
XII – *aprovar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia de valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);*
XIII – *deliberar sobre a aquisição e a alienação de ações de emissão da Companhia, fixando-lhes preço e condições;*
XIV – *deliberar sobre a emissão de novas ações, o preço de emissão e as demais condições de tais emissões, observado o que dispuser este Estatuto;*
XV – *deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais (commercial papers), bem como a emissão de bônus de subscrição;*
XVI - *escolher e destituir os auditores independentes;*
XVII - *deliberar sobre abertura de filial; e*
XVIII – *deliberar sobre os casos omissos no Estatuto.*

CAPÍTULO VI - Da Diretoria Executiva

Art. 16 *- A Companhia será administrada por uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, todos residentes no país, designados Diretor Executivo, Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores.*

§ 1º *- O mandato dos diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição.*

§ 2º *- A investidura dos membros da Diretoria Executiva será feita mediante assinatura do Termo de Posse, sendo dispensável a prestação de caução para o exercício dos cargos e, no caso de reeleição, serão empossados na reunião do Conselho de Administração que os reeleger, dispensada qualquer outra formalidade.*

***§ 3º** - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a nomeação e posse dos novos Diretores.*

***Art. 17** - Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a representação da Companhia, observado este Estatuto e as diretrizes e atribuições fixadas pelo conselho de Administração e a Assembleia Geral.*

***§ 1º** - No exercício de suas atribuições, cabe à Diretoria Executiva:*
***I** - elaborar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, quando for o caso;*
***II** - elaborar o orçamento anual da Companhia;*
***III** - aprovar qualquer revisão do orçamento anual; e*
***IV** - celebrar contratos de mútuo ou financiamento, inclusive por meio de emissão de quaisquer títulos; celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato ou acordo; ou contrair obrigações, desde que tais operações envolvam valores totais de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).*

***§ 2º** – Além das demais atribuições que lhe forem conferidas neste estatuto ou pelo Conselho de Administração, compete especificamente a cada Diretor as seguintes atribuições:*
***I** – ao Diretor Executivo: **a)** superintender os negócios da Companhia e formular as suas políticas e estratégias; **b)** promover ações de comunicação empresarial; **c)** presidir as reuniões da Diretoria; **d)** coordenar e orientar as atividades de todos os demais diretores, nas suas respectivas áreas de competência; **e)** atribuir, a qualquer dos diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente; e **f)** zelar pela execução das deliberações do conselho de Administração e da Assembleia Geral e da Diretoria;*
***II** – ao Diretor Técnico-Operacional: **a)** coordenar a operação e manutenção dos ativos de geração da Companhia; e **b)** coordenar os projetos sociais, ambientais e de comunicação e as licenças ambientais; e*
***III** – ao Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores: **a)** formular procedimentos administrativos gerais e políticas de documentação, serviços gerais, apoio administrativo, transporte e seguros; **b)** coordenar as relações com os mercados de capitais e financeiro, prestando informações à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Bolsa de Valores, acionistas e investidores, conforme exigido pela legislação aplicável; **c)** promover a administração financeira e contábil da Companhia; **d)** preparar e acompanhar o orçamento anual; **e)** viabilizar o financiamento dos empreendimentos; e **f)** acompanhar e revisar o plano financeiro dos empreendimentos.*

***Art. 18** - No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer Diretor, a Diretoria indicará um Diretor para acumular as suas funções.*

***Art. 19** - No caso de vacância, a Diretoria designará um Diretor para acumular as funções do cargo vago, até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração, quando será preenchido o cargo, pelo prazo que restava ao Diretor substituído.*

***Art. 20** - A Companhia ficará obrigada pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, observado, no entanto, o seguinte:*

I *– os Diretores poderão nomear procuradores para representarem a Companhia, agindo sempre em conjunto com um diretor ou outro procurador com bastante poderes ou, ainda, agindo isoladamente; e*
II *– as procurações da Companhia deverão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes outorgados e o prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para representação da Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderão ter prazo indeterminado.*
Parágrafo único - *As procurações da Companhia outorgadas no âmbito de contratos de financiamento firmados pela Companhia, para fins de consecução do seu objeto social, poderão ter prazo de validade condizente com o prazo do referido contrato.*

CAPÍTULO VII - Do Conselho Fiscal

Art. 21 *- O Conselho Fiscal é um órgão não permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionista, nos termos da legislação aplicável, quando instalado, será composto de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes.*

CAPÍTULO VIII - Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Art. 22 *- O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.*

Art. 23 *- Ao final de cada exercício social será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes.*

§ 1º *- Após as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros, consoante proposta do Conselho de Administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado.*

§ 2º *- Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% (dez por cento) do lucro líquido ajustado do exercício.*

Art. 24 *- A Companhia poderá levantar balanços a qualquer momento e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários e intercalares com base nesses balanços.*

Art. 25 *- A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros remuneratórios sobre o capital próprio.*

CAPÍTULO IX - Da Liquidação

Art. 26 *- A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei.*

CAPÍTULO X - Da Alienação de Controle

Art. 27 - *É vedada a transferência, cessão ou de qualquer forma alienação, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, de ações que façam parte*

do controle da Companhia sem a prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

****

Encerramento: Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Em seguida, foi redigida e assinada a presente ata.

Florianópolis/SC, 17 de dezembro de 2025.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente da Mesa

Lara Nunes de Alencar
Secretária

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

Guilherme Slovinski Ferrari
Diretor de Energias Renováveis e Armazenamento

ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

Pierre Auguste Gratien Leblanc
Diretor Administrativo e Financeiro